

Chega ao fim, hoje, a parceria de oito anos entre o PSDB e o PFL

Denise Rothenburg,
Rudolfo Lago e
Luís Costa Pinto
Da equipe do **Correio**

Amanhã será um dia decisivamente diferente nos corredores da Esplanada dos Ministérios, na presidência de estatais como Eletrobrás, Furnas, Caixa Econômica Federal, Codevasf ou na sede e nos escritórios estaduais de órgãos como o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Haverá uma inédita sensação de vazio nessas repartições. Explica-se: o Partido da Frente Liberal, legenda que controla verticalmente a presidência e as principais diretorias nacionais e locais dessas instituições terá acordado fora do governo. Além disso, o presidente Fernando Henrique Cardoso decidiu antecipar o calendário eleitoral. Ele demitirá todos os ministros que não são do PFL e detêm mandato ou serão candidatos nas eleições de outubro. Serão 10 os demitidos no total, contabilizando os três pefelistas — Roberto Brant, da Previdência; José Jorge, das Minas e Energia, e Carlos Melles, dos Esportes e Turismo — que restaram depois da saída de Sarney Filho (Meio Ambiente) na última segunda-feira. O governo, no formato em que foi concebido por Fernando Henrique Cardoso em 1994 — uma parceria entre seu partido, o PSDB, e o PFL, do vice Marco Maciel —, vive hoje o seu último dia.

Os pefelistas tomaram anteontem a decisão de desembarcar da administração federal. Foram forçados a isso pela governadora do Maranhão, Roseana Sarney, candidata a presidente da República pela legenda. Roseana argumentou com todos os 117 parlamentares do PFL, um a um, que a ação policial desencadeada contra a empresa Lunus Participações, sociedade que mantém com o marido Jorge Murad, foi um ato de perseguição política. E que o vazamento seletivo e orquestrado das informações constantes do inquérito que seguia em sigilo de Justiça (*ler reportagem à pág. 11*), segundo ela, foi feito sob o comando do ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira para prejudicá-la eleitoralmente. “Não tenho nem nunca tive nada a ver com isso”, disse Nunes Ferreira. “Foi feita uma ação policial normal, destinada a dar prosseguimento a um pedido do Ministério Público.”

A crise entre a pefelândia e a tucanada degingolou de vez na madrugada de ontem, quando começaram a circular informações em Brasília dando conta que o *Jornal do Brasil* circularia com uma reportagem bombástica: o presidente Fernando Henrique teria recebido, por fax, informações sobre os documentos apreendidos na Lunus (*leia reportagem à pág. 7*). O texto do jornal carioca nem era tão bombástico assim, mas reportagens divulgadas pelo **Correio**, site do **Correio** na Internet, e pelo *Uolnews*, site do jornal *Folha de S. Paulo*, ao longo da madrugada, fizeram com que o assunto se tornasse a pauta obrigatória do dia de ontem. “Era uma falsa crise. O presidente só recebeu por fax o mandado de busca e apreensão — ainda assim, depois que o presidente do PFL, Jorge Bornhausen, perguntou-lhe o que estava acontecendo”, explicou Nunes Ferreira.

Os bombeiros do Palácio do Planalto não obtiveram sucesso em suas investidas destinadas a jogar água fria no espírito incendiário da família Sarney. O partido não arrefeceu o ânimo de largar o governo — e pela primeira vez desde a fundação, em 1985, declarar-se oposição (*leia reportagens nas págs. 14, 15 e 16*) — e a crise ganhou vida própria. A Bolsa de Valores começou a cair, fechando em baixa de 1,23%, e o dólar a subir, fechando cotado a R\$ 2,368 (*leia reportagem à pág. 17*). Tudo por causa do desembarque do PFL e da falta de inspiração do governo para contornar o problema.

DEMISSÃO DE MINISTROS

Por volta das 13h o presidente Fernando Henrique, que estava na Cidade do Panamá cumprindo agenda oficial, telefonou ao ministro-chefe da Secretaria de Governo, Arthur Virgílio, e pediu que ele convocasse uma entrevista coletiva. A ordem era anunciar que todos os ministros deveriam entregar seus cargos para que a Presidência se antecipasse à saída do PFL. Pedro Malan, da Fazenda, Martus Tavares, do Planejamento e Orçamento, Celso Lafer, das Relações Exteriores, Francisco Weffort, da Cultura, Paulo Renato, da Educação, Barjas Negri, da Saúde, Sérgio Amaral, do Desenvolvimento e Comércio Exterior, e Geraldo Quintão, da

O dia em que o governo acabou

Alan Marques/Folha Imagem



FERNANDO HENRIQUE, QUE ESTAVA NO PANAMÁ, ANTECIPOU A VOLTA PARA DEMITIR HOJE SEUS MINISTROS POLÍTICOS E FAZER A REFORMA MINISTERIAL

Defesa, teriam seus nomes imediatamente reconfirmados. A explicação era óbvia. Eles não são políticos e não pretendem mais disputar mandatos esse ano.

Virgílio, que é candidato e estaria entre os demitidos do dia, começou a executar a ordem. Pediu a Eduardo Graef, chefe da Assessoria Parlamentar do Planalto e seu futuro substituto, que ordenasse a todos os secretário-executivos de ministérios que permanecessem em Brasília. Quem estivesse viajando teria de voltar. Foi enviada uma ordem para que o Diário Oficial não fechasse antes do regresso de FHC, que pretendia desembarcar no Brasil antes das 19h. Às 15h, depois de Arthur Virgílio ter anunciado a coletiva, o presidente telefonou de novo a seu ministro e disse que não poderia cancelar a agenda de compromissos. Só poderia embarcar para Brasília às 18h, chegando à cidade na madrugada de hoje. A decisão de demitir todos os ministros políticos foi mantida, mas só será executada por Fernando Henrique. “O presidente vai gerar um fato para embaçar o dia de festa do PFL, que transformará o rompimento com o governo num ato de campanha de Roseana”, disse um dos ministros que falou com o presidente da República ainda no Panamá.

A entrevista de Virgílio virou papa. Sem ter o que falar, ele recebeu os repórteres e passou a defender a correção da ação policial na Lunus. “Eles cumpriam mandado judicial”, sustentou. “E o ministro Aloysio Nunes Ferreira jamais monitorou essa ação. Nem poderia fazê-lo.” Quando foi perguntado sobre a reforma no ministério, Virgílio lapidou uma pérola. “Não sei se o presidente trocará todos de nós se alguns saírem”, disse, “Mas não descarto a antecipação da reforma ministerial nem a manutenção do prazo anterior, 5 de abril, como manda a lei eleitoral.” A reforma será feita. FHC embarcou na Cidade do Panamá decidido a executá-la, até porque acha que Aloysio Nunes Ferreira foi um dos incendiários da crise com o PFL mas não tem coragem para imolá-lo sozinho. Como já não é novidade, porém, e foi idealizada para ofuscar a saída dos pefelistas, o presidente pode conservar o ritmo do calendário eleitoral e resignar-se ao abandono dos liberais.

SOLUÇÃO PARA MACIEL

Além dos três ministérios que larga hoje, o PFL detém ainda cerca de 250 cargos considerados de segundo ou terceiro escalões na burocracia federal. São postos cobiçados porque só são preenchidos por ordem do presidente da República, de um dos ministros ou caciques do partido ou dos líderes das bancadas pefelistas na Câmara e no Senado (*leia reportagens nas págs. 14 a 16*). Esses 250 cargos podem virar até 2.000, quando são contabilizados todos aqueles diretores, gerentes, assessores e auxiliares que o primeiro, o segundo e terceiro escalões têm o direito de nomear. “Saíremos do governo de cabeça erguida. Isso não nos importa”, disse o deputado baiano José Carlos Aleluia, um dos astros da pefelândia no Congresso. “Não somos incoseqüentes. A Roseana tem todo o direito de estar indignada. O governo federal sai mal desse episódio.”

Para que o PFL pudesse deixar o governo, foi preciso que se construísse uma ponte destinada a manter o vice-presidente, Marco Maciel, na legenda e no cargo. “Maciel não tem cargo, tem mandato popular. Foi eleito comigo”, disse Fernando Henrique ao presidente nacional do PFL, Jorge Bornhausen, quando Bornhausen comunicou-o da decisão tomada pela legenda. Depois, FHC telefonou a Maciel, que se manteve afastado das negociações porque acompanha o tratamento oncológico da mãe, no Recife. “É um desfecho ruim, mas entendo o partido”, disse Maciel a Fernando Henrique. O presidente concordou. “Quando acordar, sexta-feira, sentirei-me diferente. Mas sei que fizemos a coisa certa”, crê o deputado Aleluia. Agora, resta aos pefelistas, que passarão a ter 98 votos na Câmara e 22 no Senado com o regresso de seus ministros ao Congresso, romper com o governo sem romper com suas teses. “Foi tudo o que o presidente nos pediu”, afirmou um dos ministros pefelistas ontem, curtindo os últimos momentos de intimidade presidencial. “Não vamos atrapalhar o país.”

Será preciso talento político para tanto. O PSDB, partido do presidente Fernando Henrique e do presidenciável José Serra, a quem é debitada a conta do abandono pefelista, fará tudo para transformar o PFL e Roseana em vilões da história. Não só dessa, mas de todas as más histórias que todos os governos têm.